

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/26 (PE 90001/26)**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 09/06/2026 às 09:00 (horário de Brasília).

**SÍTIO DA REALIZAÇÃO:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**UASG:** 461414.

**OBJETO:** Esta licitação tem como objeto **a contratação de empresa especializada em obras civis para a retomada e conclusão da construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER III**, localizado no município de Londrina/PR, conforme especificações técnicas (projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro) reprogramados e aprovados pela Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Repasse nº 839253/2016, conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

Todos os elementos (projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro) que nortearão a execução da obra estão disponibilizados no link [https://drive.google.com/drive/folders/1GCnzg-0eQBC\\_E-83qJ5A4Lb-jdM-jp6F?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1GCnzg-0eQBC_E-83qJ5A4Lb-jdM-jp6F?usp=drive_link) e fazem parte integrante deste edital.

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 3.743.979,09(três milhões setecentos e quarenta e três mil novecentos e setenta e nove reais e nove centavos).

**MODO DA DISPUTA:** Aberto.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Empreitada por menor preço global.

**INTERVALO DE LANCES:** R\$ 100,00 (cem reais)

**REGISTRO DE PREÇOS:** Não.

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP:** Não.

**RESERVA DE COTA PARA ME/EPP:** Não.

**ESCLARECIMENTOS:** Até o dia 01/06/2026 para os endereços eletrônicos [licitacao1@cismepar.org.br](mailto:licitacao1@cismepar.org.br) e [licitacao3@cismepar.org.br](mailto:licitacao3@cismepar.org.br).

**IMPUGNAÇÕES:** Até o dia 01/06/2026 para os endereços eletrônicos [licitacao1@cismepar.org.br](mailto:licitacao1@cismepar.org.br) e [licitacao3@cismepar.org.br](mailto:licitacao3@cismepar.org.br).

**HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO ÓRGÃO:** 2ª a 6ª feira, das 8h às 14h.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/26**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/26**

**I. PREÂMBULO**

**1.1.** O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema – CISMEDPAR, CNPJ nº 00.445.188/0001-81, com sede na Travessa Goiânia nº 152, Londrina/PR, CEP 86020-170, torna pública que realizará licitação autorizada pelo Processo Administrativo nº 004/26, na modalidade **Concorrência Eletrônica sob nº 001/26 (PE 90001/26)**, regida pela Lei Federal nº 14.133/21 e de acordo com as condições fixadas neste instrumento convocatório.

**1.2.** Os procedimentos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitação do CISMEDPAR, **Mário Toshio Rodrigues Saito, Renato Aparecido da Silva e Fabiane Ribeiro de Oliveira**, ambos designados nos autos do processo.

**1.3.** A sessão da concorrência eletrônica será realizada por meio eletrônico, no Sistema de Compras do Governo Federal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), conforme datas e horários definidos abaixo:

<b>Data e horário do recebimento das propostas e abertura da sessão pública</b>	<b>até as 09h00 do dia 09/06/2026</b>
---	---------------------------------------

**II. OBJETO**

**2.1.** A contratação de empresa especializada para prestação de serviços a contratação de empresa especializada em obras civis para a retomada e conclusão da construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER III, localizado no município de Londrina/PR, conforme especificações técnicas (projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro) reprogramados e aprovados pela Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Repasse nº 839253/2016, conforme as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência Anexo I deste edital e na tabela a seguir:

LOTE ÚNICO				
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Total
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA RETOMADA E FINALIZAÇÃO DA OBRA DO CENTRO ESPECIALIZADO DE REABILITAÇÃO III, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS ATÉ A CONCLUSÃO POR COMPLETO DA OBRA.	UND.	01	R\$ 3.743.979,09
<b>Valor Máximo:</b> R\$ 3.743.979,09(três milhões setecentos e quarenta e três mil novecentos e setenta e nove reais e nove centavos)				

**2.2.1.** Todos os elementos técnicos (projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro) que nortearão a execução da obra estão disponibilizados no link [https://drive.google.com/drive/folders/1GCnzg-0eQBC\\_E-83qJ5A4Lb-jdM-jP6F?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1GCnzg-0eQBC_E-83qJ5A4Lb-jdM-jP6F?usp=drive_link) e fazem parte integrante deste edital.

**2.2.** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Sistema ComprasGov e as especificações constantes deste edital e seus anexos, prevalecerão as últimas.

**2.3.** Os preços máximos de referência para o certame, unitários e totais, são os descritos na tabela acima.

**2.4.** A licitação será realizada por empreitada por **menor preço global**.

### **III. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**3.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021, e poderão ser feitas até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por qualquer cidadão ou licitante.

**3.2.** O pedido de esclarecimento e a impugnação deverão ser realizados de forma eletrônica, dirigida a Comissão Permanente de Licitação, conter o número da concorrência eletrônica, a denominação da empresa/cidadão, número do CNPJ/CPF, telefone e endereço eletrônico para contato, devendo ser encaminhada por e-mail para o endereço eletrônico [licitacao1@cismepar.org.br](mailto:licitacao1@cismepar.org.br) e [licitacao3@cismepar.org.br](mailto:licitacao3@cismepar.org.br).

**3.3.** Os pedidos de esclarecimentos ou impugnações serão analisados e julgados em até 03 (três) dias úteis contado do recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será disponibilizada no sítio eletrônico do Cismepar [www.cismepar.org.br](http://www.cismepar.org.br), bem como no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**3.4.** Os pedidos de esclarecimentos e impugnações não suspendem os prazos previstos no edital, podendo ocorrer a concessão de efeito suspensivo à impugnação como medida excepcional que deverá ser motivada pela Comissão Permanente de Licitação nos autos do processo.

**3.5.** Acolhida à impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

### **IV. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar desta Concorrência eletrônica os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

**4.2.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**4.3.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 4.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pelas informações, podendo a não observância ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.4.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a) Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- h) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) Pessoa jurídicas reunidas em consórcio;
- j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- k) Empresa cujo sócio, cotista ou dirigente seja empregado do Cismepar, cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau de empregado do Cismepar, ou que exerça cargo em comissão ou função de confiança.

**4.5.** O impedimento de que trata a alínea “d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.6.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

## **V. DA VISTORIA TÉCNICA**

**5.1.** As empresas interessadas deverão, obrigatoriamente, realizar vistoria técnica no local da obra, no prazo de até **02 (dois) úteis anteriores a data do certame**, mediante agendamento prévio com o Cismepar.

**5.2.** A vistoria deverá ser previamente agendada, em dias úteis, das 9h00 às 16h00, através dos seguintes contatos: *Adriano (43) 3371-0860* ou *Rafael (43) 3371-0829*.

**5.3.** No dia da vistoria a empresa deverá levar o Termo de Vistoria (**modelo anexo IV deste edital**) devidamente preenchido. Concluída a vistoria o documento deverá ser assinado pelo profissional habilitado da empresa e funcionário do CISMEPAR que acompanhou a visita, ficando o termo em posse da licitante.

**5.4.** O Termo de vistoria realizada deverá ser apresentado pela empresa junto com os documentos de habilitação. A ausência do termo ensejará na inabilitação da empresa.

**5.5.** A licitante vencedora não poderá alegar em nenhuma hipótese desconhecimento das condições do local da execução dos serviços como justificativa para se eximir das obrigações do contrato.

## **VI. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1.** Os licitantes deverão cadastrar a proposta **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, com o preço ofertado até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

**6.2.** O preço máximo não poderá ser superiores ao estimado na Tabela disposta no item 2.1 deste edital.

**6.2.1.** O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**6.3.** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quais outros custos que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço e execução total da obra.

**6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de responsabilidade do licitante, não lhe assistindo direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

**6.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.7.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Inexiste impeditivo para a habilitação e está ciente que deverá comunicar ocorrências supervenientes;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.8.** A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**6.9.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.1 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**6.10.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

**6.11.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**6.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

## **VII. DA GARANTIA DE PROPOSTA**

**7.1.** A licitante melhor classificada na fase de lances deverá apresentar garantia de proposta correspondente a 05% do valor total estimado da contratação conforme permitido pelo art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.** A garantia poderá ser apresentada em umas seguintes formas:

- a) Caução e dinheiro;
- b) Títulos da dívida pública;
- c) Seguro garantia;
- d) Fiança bancária.

**7.3.** O comprovante da garantia deverá ser apresentado junto com a proposta ajustada conforme disposto no item 8.15 deste edital.

## **VIII. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**8.1.** A abertura da sessão pública desta licitação será de forma automática, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

**8.2.** Durante a sessão pública, o sistema disponibilizará campo próprio para mensagens da Comissão Permanente de Licitação aos licitantes.

**8.3.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

**8.4.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital, podendo ser ofertado somente lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.5.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à propostas que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

**8.6.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

**8.7.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**8.8.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.9.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.10.** No caso de desconexão com a Comissão Permanente de Licitação, no decorrer da etapa competitiva da concorrência eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.11.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão Permanente de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Comissão Permanente de Licitação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.12.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.13.** Havendo eventual empate entre propostas, o desempate será feito mediante os critérios de desempate previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, que forem passíveis de aplicabilidade desse órgão.

**8.14.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer com o preço superior ao valor máximo estipulado neste edital, a Comissão Permanente de Licitação fará a negociação com a empresa melhor classificada.

**8.14.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**8.14.2.** Definido a melhor proposta a Comissão Permanente de Licitação fará a convocação dos participantes para manifestação de interesse de igualar seus preços à da proposta vencedora para compor o cadastro reserva.

**8.14.3.** A negociação de preços e a convocação para o cadastro reserva serão realizadas por meio do sistema.

**8.15.** A Comissão Permanente de Licitação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (dois) dias úteis, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, seguindo:

**a)** O modelo de proposta do **Anexo II** deste edital;

**b)** Cronograma físico-financeiro detalhado conforme aprovado pela Caixa Econômica Federal, com o valor proposto, sem alteração do cronograma físico, ou seja, somente com a alteração do valor, devendo os prazos e estruturas do cronograma permanecerem inalterados como o aprovado.



**8.15.1.** É facultado a Comissão Permanente de Licitação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.16.** Após a negociação do preço, a Comissão Permanente de Licitação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **IX. DA FASE DE JULGAMENTO**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, a Comissão Permanente de Licitação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

**9.2.** A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste edital.

**9.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão Permanente de Licitação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**9.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**9.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**9.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.4.** Verificadas as condições de participação, a Comissão Permanente de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

**9.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo de referência definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- f) Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste edital;
- g) Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento;
- h) Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação.
- i) Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

**9.6.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**9.7.** A proposta será objeto de diligência sobre a análise da composição dos preços, quando for detectado valor total da proposta de preço inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do preço estimado.

**9.8.** Para comprovar exequibilidade, as licitantes deverão apresentar justificativas fundamentadas em documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com sua estrutura de custos e despesas necessárias à completa execução do objeto contratual. Meras alegações sem base documental não constituirão elementos capazes de comprovar a exequibilidade.

**9.9.** Após análise das informações, caso fique caracterizada a inexequibilidade do preço proposto, considerando os padrões de qualidade esperados e especificações constantes no edital e seus anexos, a licitante será desclassificada conforme Art. 59 §4º da Lei nº 14.133/2021.

**9.10.** Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**9.10.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**9.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**9.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **X. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos art. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme segue.

### **10.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

- a) Para Empresa Individual: Registro Comercial; Para Sociedade Comercial: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, consolidado ou acompanhado de todas as suas alterações, devidamente registrados; Para Sociedade por Ações: Inscrição do ato constitutivo e alterações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício; Para Sociedade Civil: Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício; Para Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil: Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

a.1.) Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **10.3. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, referente aos créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União. (conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante referente aos tributos mobiliários e imobiliários, podendo ser conjuntas ou separadas;
- f) Prova de regularidade perante a justiça do trabalho.

### **10.4. Requisitos de Sustentabilidade:**

- a) Declaração de utilização de madeira de origem legal, oriundas de áreas de manejo florestal sustentável aprovado por órgão ambiental competente, ou áreas de supressão autorizada de vegetação nativa (a contratada poderá solicitar no decorrer da execução contratual o documento de origem florestal ou equivalente); e priorização de insumos com menor impacto ambiental, recicláveis ou com certificações ambientais reconhecidas, **conforme anexo III do edital**;

### **10.5. Quanto à Qualificação Técnica**

#### **10.5.1. Da qualificação técnica operacional da empresa:**

- a) Comprovação de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, conforme o caso;
- b) A licitante deverá comprovar sua capacidade técnico-operacional mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de obras ou serviços

compatíveis com o objeto licitado;

b.1) Os atestados deverão demonstrar a execução das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, conforme abaixo:

- *Execução de edificação ou reforma de edificação em alvenaria (área mínima: 800 m<sup>2</sup>);*
- *Assentamento de piso em porcelanato ou cerâmica (quantitativo mínimo: 826 m<sup>2</sup>);*
- *Execução de pintura em edificações (quantitativo mínimo: 6.300 m<sup>2</sup>);*
- *Execução de forro em gesso (quantitativo mínimo: 826 m<sup>2</sup>);*
- *Execução de cobertura metálica ou telhamento (quantitativo mínimo: 578 m<sup>2</sup>);*
- *Instalação de esquadrias de alumínio (quantitativo mínimo: 40 m<sup>2</sup>);*
- *Execução de pavimentação em piso intertravado (quantitativo mínimo: 692 m<sup>2</sup>);*
- *Execução de sistema de climatização (HVAC), compreendendo: (instalação mínima de 20 equipamentos de ar-condicionado tipo split ou cassete; execução mínima de 128 metros de rede frigorígena em tubulação de cobre; execução mínima de 1.700 kg de dutos metálicos em chapa galvanizada; instalação mínima de 10 difusores ou grelhas de insuflação/exaustão);*
- *Execução de paisagismo (mínimo de 1.500 m<sup>2</sup> de plantio de grama).*

b.2) Será permitido o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos exigidos;

b.3) Os atestados deverão comprovar a execução dos serviços, não sendo aceitos aqueles que se limitem ao fornecimento de materiais;

c) A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Operacional – CAO emitida pelo CREA competente conforme Resolução CONFEA nº 1.137/2023, comprovando execução de serviços ou obras de características semelhantes ao objeto licitado.

#### **10.5.2. Qualificação técnica profissional**

a) A licitante deverá indicar profissional de nível superior, devidamente registrado no CREA. O profissional indicado deverá ser detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo respectivo conselho, que comprove experiência na execução de serviços ou obra ou compatível com o objeto licitado.

a.1) O Acervo técnico deverá ser acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART registrada no CREA.

a.2) O vínculo formal entre o profissional responsável técnico e a empresa será exigido na fase contratual;

10.5.2.1. Serão considerados para avaliação da compatibilidade com o objeto licitado:

a) Compatibilidade quanto à Natureza da Obra:

- Obras, reforma, ampliação ou recuperação de edificações;

- intervenções em estruturas existentes;
- serviços que exijam continuidade técnica sobre obra previamente iniciada.

b) Compatibilidade quanto às Características Técnicas:

- execução de serviços em obras iniciais ou em estruturas existentes com necessidade de integração entre partes executadas e remanescentes;
- realização de intervenções corretivas, complementares ou de adequação técnica em obras em andamento ou paralisadas;
- compatibilização entre projetos, serviços executados anteriormente e novos serviços;
- atuação em ambiente com interferências físicas, limitações de acesso, logística restrita ou necessidade de preservação de serviços já executados.

c) Compatibilidade quanto à Complexidade da Execução:

- Obra de grande porte ou com necessidade de planejamento executivo detalhado para continuidade de obra;
- execução simultânea de múltiplos sistemas construtivos;
- risco técnico associado à integração entre serviços novos e existentes;
- exigência de controle rigoroso de qualidade e segurança;
- necessidade de coordenação técnica para evitar impactos negativos sobre partes já executadas.

10.5.3. A exigência de habilitação técnica tem por finalidade assegurar que a contratada disponha de capacidade técnica e profissional suficiente para a adequada execução do objeto, que se trata de retomada de obra pública, em observância aos princípios da seleção da proposta mais vantajosa, da eficiência, da segurança da execução e do interesse público, conforme a Lei nº 14.133/2021.

- a) Apresentação de cronograma físico-financeiro detalhado conforme aprovado pela Caixa Econômica Federal, com o valor a ser proposto, sem alteração do cronograma físico, ou seja, somente com a alteração do valor, devendo os prazos e estruturas do cronograma permanecerem inalterados como o aprovado.

## **10.6. Requisitos de Vistoria Técnica:**

- a) Termo de vistoria realizada, conforme **anexo IV** deste edital e disposições do título V.

## **10.7. Quanto à qualificação econômica:**

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As demonstrações deverão estar devidamente registradas na Junta Comercial ou órgão competente, conforme o tipo societário da empresa e se tratar de sociedade por ações deverão ser apresentadas as demonstrações publicadas na forma da legislação específica.

**10.7.1.** Com base nos dados extraídos do Balanço Patrimonial, a licitante deverá comprovar boa situação financeira mediante apresentação dos seguintes índices, devidamente calculados e assinados por profissional habilitado:

- a) Liquidez Geral (LG):

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

b) Liquidez Corrente (LC):

$LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$

c) Solvência Geral (SG):

$SG = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

**10.7.2.** Será considerada habilitada a licitante que apresentar índices iguais ou superiores a 1,00 (um inteiro) para todos os indicadores.

**10.7.3.** A comprovação dos índices deverá ser feita por meio de memória de cálculo, assinada por contador regularmente habilitado, com indicação do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

**10.7.4.** Caso algum dos índices seja inferior a 1,00 (um inteiro), poderá ser exigida justificativa técnica ou documentação complementar que demonstre a capacidade econômico-financeira da licitante, a critério da Administração;

**10.8.** Os documentos enviados deverão estar legíveis e sem rasuras, sendo que os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do seu subscritor.

**10.9.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir

**10.10.** Os documentos exigidos para habilitação não poderão ser substituídos por protocolos.

**10.11.** A verificação pela Comissão Permanente de Licitação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**10.12.** Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

**10.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão Permanente de Licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.8.

**10.14.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**10.14.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**10.14.2.** A não regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **XI. DOS RECURSOS**

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **30 (trinta) minutos**.
- c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- d) Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo.

**11.11.** Não havendo recurso, a Comissão Permanente de Licitação adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o processo à autoridade competente para homologação.

## **XII. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**12.1.** Para a formalização do Contrato Administrativo, a licitante vencedora deverá observar o seguinte:



- a) O CISMEPAR disponibilizará o Contrato Administrativo para assinatura da licitante vencedora por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI;
- b) Para assinatura via SEI a licitante vencedora deverá realizar um cadastro de usuário externo pelo seguinte link: [https://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&acao\\_origem=usuario\\_externo gerar senha&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar senha&id_orgao_acesso_externo=0)
- c) A licitante vencedora deverá verificar se os dados constantes do documento estão corretos, comunicando imediatamente ao CISMEPAR caso haja necessidade de correção;
- d) Estando corretos os dados constantes do documento, a licitante vencedora deverá realizar a assinatura **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da liberação do documento, sob pena de decair o direito de contratação. O prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante solicitação justificada da empresa aceita pelo CISMEPAR;
- e) Assinado o documento, o CISMEPAR liberará para a assinatura do presidente do consórcio e após publicará o extrato da mesma no diário do CISMEPAR.

**12.1.1.** A comunicação de que trata as alíneas "c" deverão ser enviadas para o endereço eletrônico [gestao1@cismepar.org.br](mailto:gestao1@cismepar.org.br) , [gestao2@cismepar.org.br](mailto:gestao2@cismepar.org.br) , [gestao3@cismepar.org.br](mailto:gestao3@cismepar.org.br) e [gestao5@cismepar.org.br](mailto:gestao5@cismepar.org.br).

**12.2.** A não devolução do contrato assinado no prazo estabelecido sujeitará a proponente vencedora à preclusão do direito à contratação, além da sanção prevista no Art. 90, § 2º, da Lei nº. 14.133/21, sem prejuízo das demais cominações legais pertinentes à matéria, especialmente perdas e danos, além da aplicação da multa prevista neste instrumento e assistirá o CISMEPAR o direito de convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para adjudicação do objeto, ou revogar a licitação.

### **XIII. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**13.1.** Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, a licitante deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** A garantia contratual deverá ser apresentada após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, como condição para a emissão da Ordem de Serviço e início da execução da obra.

**13.3.** A garantia poderá ser prestada, a critério da licitante, por uma das seguintes modalidades legalmente admitidas:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Fiança bancária;
- c) Seguro-garantia.

**13.4.** A garantia contratual destina-se a assegurar o cumprimento das obrigações contratuais durante a execução da obra, podendo ser utilizada para cobertura de prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual, observados o contraditório e a ampla defesa.

**13.5.** A garantia contratual permanecerá vigente até o recebimento definitivo da obra, podendo ser liberada ou restituída após a comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais, desde que inexistam pendências.



#### **XIV. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** As licitantes ou contratadas que praticarem as infrações dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, ficarão sujeitos as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- I. Advertência.
- II. Multa.
  - a) Compensatória.
  - b) De mora.
- III. Impedimento de licitar e contratar com o Cismepar.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**14.2.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do instrumento contratual com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta instrução normativa.

**14.3.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item acima poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea "a" do referido item.

**14.4.** A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) Descumprimento de pequena relevância;
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual.

**14.5.** A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no instrumento contratual, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- I. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
  - a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - b) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - c) Não celebrar o instrumento contratual quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta.
- I. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- II. De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do instrumento contratual;

III. De 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o do instrumento contratual em caso de:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento contratual;
- b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do instrumento contratual;
- c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) Prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) Dar causa à inexecução parcial do instrumento contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) Dar causa à inexecução total do objeto do instrumento contratual;

**14.6.** Naqueles do instrumento contratual; que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação estipulado no instrumento convocatório.

**14.7.** O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- I. Retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros instrumentos contratuais firmados com o contratado;
- II. Descontado do valor da garantia prestada;
- III. Pago por meio de guia de pagamento emitida pelo Cismepar;
- IV. Cobrado judicialmente.

**14.8.** Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do instrumento contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:  
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 02 (dois) anos.
- II. Dar causa à inexecução total do instrumento contratual;:  
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 03 (três) anos.
- III. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:  
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 03 (três) meses.
- IV. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 06 (seis) meses.

- V. Não celebrar do instrumento contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 02 (dois) anos.

- VI. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Pena – impedimento pelo período de 03 (três) até 06 (seis) meses.

**14.9.** Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento contratual:

Pena – de 01 (um) até 04 (quatro) anos.

- II. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual:

Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

- III. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

- IV. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Pena – de 01 (um) até 05 (cinco) anos.

- V. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

**14.10.** Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no item 13.9, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## **XV. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

**15.1.** Fica assegurado ao Cismepar o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

**15.2.** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

**15.3.** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

**15.4.** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

**15.5.** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados

## **XVI. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão Permanente de Licitação.

**16.3.** Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**16.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**16.9.** Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

**16.10.** O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio do CISMEPAR [www.cismepar.org.br](http://www.cismepar.org.br), bem como no endereço: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**16.11.** Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo da Proposta;
- c) ANEXO III – Modelo de Declaração de Sustentabilidade;
- d) ANEXO IV - Termo de Vistoria;
- e) ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato;

**16.12.** Fica eleito o Foro da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, para solucionar eventuais questões decorrentes desta licitação.



**Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema**

Londrina, 23 de Abril de 2026.

***Diego Augusto Buffalo Gomes***  
***DIRETOR EXECUTIVO***  
***CISMEDPAR***

**TERMO DE REFERÊNCIA**

PROCESSO SEI Nº: 81.001767/2025-60

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em obras civis para a retomada e conclusão da construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER III, localizado no município de Londrina/PR, conforme especificações técnicas (projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro) reprogramados e aprovados pela Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Repasse nº 839253/2016.

1.2. O objeto é classificado como obra nos termos do artigo 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021 e o regime de execução contratual será o de empreitada por preço global, conforme o artigo 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, abrangendo o fornecimento integral dos serviços e insumos necessários à completa execução do objeto, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e em seus anexos.

1.3. O contrato decorrente da licitação terá vigência de 20 meses, contemplando os 16 meses conforme o cronograma físico-financeiro aprovado pela Caixa Econômica Federal, mais 04 meses para trâmites legais de recebimento/pagamento e documentação legal da conclusão da obra, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica e disponibilidade orçamentária, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do CISMEPAR – exercício 2026.

**2. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO:**

Item	Descrição	Unid.	Quant. Estimada	Valor Total Estimado
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA RETOMADA E FINALIZAÇÃO DA OBRA DO CENTRO ESPECIALIZADO DE REABILITAÇÃO III, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS ATÉ A CONCLUSÃO POR COMPLETO DA OBRA.	UND.	01	R\$ 3.743.979,09
<b>Valor máximo estimado: R\$ 3.743.979,09(três milhões setecentos e quarenta e três mil novecentos e setenta e nove reais e nove centavos)</b>				

2.1. A execução compreenderá todas as etapas necessárias à conclusão da edificação, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra, a realização dos serviços de acabamento, instalações elétricas, hidrossanitárias, de climatização e de acessibilidade, além da recomposição de estruturas, testes, limpeza final e entrega definitiva da obra em condições plenas de uso.

2.2. Todos os elementos técnicos (projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro) que nortearão a execução da obra serão disponibilizados pelo Cismepar e farão parte integrante deste Termo de Referência, independente de transcrição.

2.3. Os arquivos serão disponibilizados, no momento da publicação do instrumento convocatório, em google drive devido suas extensões e tamanhos, cujo link será acessível aos interessados.

### **3. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

3.1. A presente contratação tem por finalidade viabilizar a retomada e conclusão da obra do Centro Especializado em Reabilitação – CER III, cuja execução foi interrompida após a rescisão contratual com a empresa anteriormente responsável, ocasionando a paralisação das atividades e comprometendo a continuidade do investimento público.

3.2. A paralisação da obra vem gerando prejuízos materiais e sociais, com deterioração da estrutura já executada, além de impedir a oferta de serviços especializados em reabilitação física, auditiva e intelectual à população dos municípios consorciados.

3.3. A retomada da construção permitirá a efetiva utilização dos recursos públicos já aplicados, assegurando a conclusão do empreendimento e a implantação de um serviço essencial à rede de atenção à saúde, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Atenção à Pessoa com Deficiência.

3.4. A conclusão do CER III fortalecerá a rede regional de reabilitação, garantindo o acesso dos usuários a atendimentos especializados, a continuidade das políticas públicas de inclusão e a ampliação da capacidade assistencial do CISMEPAR.

3.5. A contratação justifica-se, ainda, pela necessidade de evitar a devolução de recursos federais, garantir a correta aplicação do investimento público e promover a economicidade e eficiência administrativa, conforme os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

4.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a retomada e conclusão do Centro Especializado em Reabilitação – CER III, em Londrina/PR, obra paralisada em decorrência de rescisão contratual com a empresa anteriormente contratada.

4.2. A contratação abrangerá a execução dos serviços remanescentes, conforme especificações técnicas constantes nos projetos reprogramados, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e planilhas orçamentárias que integrarão o edital e seus anexos.

4.3. A empresa contratada será responsável por todo o fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e mão de obra especializada necessários à perfeita execução da obra, em estrita observância às normas técnicas vigentes e aos padrões de qualidade exigidos pelo Ministério da Saúde e pela Caixa Econômica Federal.

4.4. A contratação será estruturada nas seguintes etapas principais:



- a) Aprovação deste Termo de Referência;
- b) Elaboração e publicação do edital de licitação, contendo todas as peças técnicas e requisitos da contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021;
- c) Realização do certame licitatório e adjudicação à empresa vencedora que comprove capacidade técnica e apresente proposta vantajosa à Administração;
- d) Formalização do contrato e emissão da ordem de serviço, com início da contagem de prazo para execução;
- e) Execução da obra em conformidade com os marcos do cronograma físico-financeiro, incluindo etapas de mobilização, retomada do canteiro, reconstrução dos elementos danificados, conclusão das etapas estruturais, instalações e acabamentos;
- f) Fiscalização contínua pelo fiscal contratado pelo Cismepar e acompanhamento da Caixa Econômica Federal, conforme diretrizes do contrato de repasse;
- g) Recebimento definitivo da obra após inspeção final, emissão de atestados de conformidade técnica e cumprimento de todas as obrigações contratuais.

4.5. Essa estrutura garante o adequado controle da execução, o cumprimento do objeto e a entrega da obra pública em benefício direto da população regional.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

5.1. A contratação para retomada e conclusão da obra de construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER III deverá observar requisitos técnicos, legais e operacionais essenciais para garantir a eficiência, qualidade e regularidade da execução contratual. Os requisitos a seguir foram definidos com base nas melhores práticas e nas normativas aplicáveis:

### **5.2. Requisitos Técnicos e Funcionais:**

- a) Execução conforme projetos apresentados e aprovados;
- b) Fornecimento integral de materiais e mão de obra especializada, conforme as especificações e memoriais descritivos;
- c) Atendimento às normas técnicas da ABNT (NBRs específicas para edificações de saúde e obras civis em geral);
- d) Observância aos requisitos de acessibilidade, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- e) Utilização de materiais certificados e de primeira linha.

### **5.3. Requisitos de Sustentabilidade:**

- a) Priorização de insumos com menor impacto ambiental, recicláveis ou com certificações ambientais reconhecidas, com declaração no momento da habilitação;
- b) Comprovação de utilização de madeira de origem legal, oriundas de áreas de manejo florestal sustentável aprovado por órgão ambiental competente, ou áreas de supressão autorizada de vegetação nativa, com apresentação do documento de comprovação no momento da habilitação;

- c) Apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), após assinatura do contrato e antes do início das obras.

**5.4. Requisitos de Qualificação Técnica:**

**5.4.1. Qualificação Técnico-Operacional da Empresa:**

- a) Comprovação de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso;
- b) A licitante deverá comprovar sua capacidade técnico-operacional mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de obras ou serviços compatíveis com o objeto licitado;
- b.1) Os atestados deverão demonstrar a execução das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, conforme abaixo:
- *Execução de edificação ou reforma de edificação em alvenaria (área mínima: 800 m<sup>2</sup>);*
  - *Assentamento de piso em porcelanato ou cerâmica (quantitativo mínimo: 826 m<sup>2</sup>);*
  - *Execução de pintura em edificações (quantitativo mínimo: 6.300 m<sup>2</sup>);*
  - *Execução de forro em gesso (quantitativo mínimo: 826 m<sup>2</sup>);*
  - *Execução de cobertura metálica ou telhamento (quantitativo mínimo: 578 m<sup>2</sup>);*
  - *Instalação de esquadrias de alumínio (quantitativo mínimo: 40 m<sup>2</sup>);*
  - *Execução de pavimentação em piso intertravado (quantitativo mínimo: 692 m<sup>2</sup>);*
  - *Execução de sistema de climatização (HVAC), compreendendo: (instalação mínima de 20 equipamentos de ar-condicionado tipo split ou cassete; execução mínima de 128 metros de rede frigorígena em tubulação de cobre; execução mínima de 1.700 kg de dutos metálicos em chapa galvanizada; instalação mínima de 10 difusores ou grelhas de insuflação/exaustão);*
  - *Execução de paisagismo (mínimo de 1.500 m<sup>2</sup> de plantio de grama).*
- b.2) Será permitido o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos exigidos;
- b.3) Os atestados deverão comprovar a execução dos serviços, não sendo aceitos aqueles que se limitem ao fornecimento de materiais;
- c) A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Operacional – CAO emitida pelo CREA competente conforme Resolução CONFEA nº 1.137/2023, comprovando execução de serviços ou obras de características semelhantes ao objeto licitado.

**5.4.2. Qualificação Técnico-Profissional**

- a) A licitante deverá indicar profissional de nível superior, devidamente registrado no CREA. O profissional indicado deverá ser detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo respectivo conselho, que comprove experiência na execução de serviços ou obra ou compatível com o objeto licitado.
- a.1) O Acervo técnico deverá ser acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART registrada no CREA.
- a.2) O vínculo formal entre o profissional responsável técnico e a empresa será

exigido na fase contratual;

5.4.2.1. Serão considerados para avaliação da compatibilidade com o objeto licitado:

a) Compatibilidade quanto à Natureza da Obra:

- Obras, reforma, ampliação ou recuperação de edificações;
- intervenções em estruturas existentes;
- serviços que exijam continuidade técnica sobre obra previamente iniciada.

b) Compatibilidade quanto às Características Técnicas:

- execução de serviços em obras iniciais ou em estruturas existentes com necessidade de integração entre partes executadas e remanescentes;
- realização de intervenções corretivas, complementares ou de adequação técnica em obras em andamento ou paralisadas;
- compatibilização entre projetos, serviços executados anteriormente e novos serviços;
- atuação em ambiente com interferências físicas, limitações de acesso, logística restrita ou necessidade de preservação de serviços já executados.

c) Compatibilidade quanto à Complexidade da Execução:

- Obra de grande porte ou com necessidade de planejamento executivo detalhado para continuidade de obra;
- execução simultânea de múltiplos sistemas construtivos;
- risco técnico associado à integração entre serviços novos e existentes;
- exigência de controle rigoroso de qualidade e segurança;
- necessidade de coordenação técnica para evitar impactos negativos sobre partes já executadas.

5.4.3. A exigência de habilitação técnica tem por finalidade assegurar que a contratada disponha de capacidade técnica e profissional suficiente para a adequada execução do objeto, que se trata de retomada de obra pública, em observância aos princípios da seleção da proposta mais vantajosa, da eficiência, da segurança da execução e do interesse público, conforme a Lei nº 14.133/2021.

- a) Apresentação de cronograma físico-financeiro detalhado conforme aprovado pela Caixa Econômica Federal, com o valor a ser proposto, sem alteração do cronograma físico, ou seja, somente com a alteração do valor, devendo os prazos e estruturas do cronograma permanecerem inalterados como o aprovado.

**5.5. Requisitos Administrativos e Contratuais:**

- a) Cumprimento do regime de execução indireta com fornecimento de todos os meios (empreitada por preço global), conforme previsto no art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, inclusive da vigilância e guarda do canteiro de obra;
- b) Identificação da obra com placa conforme especificações exigidas pela concedente do Convênio de Repasse;
- c) Observância aos regimes de jornada, encargos sociais e legislação trabalhista aplicável.
- d) Inclusão de cláusula que preveja pagamentos vinculados à medição da execução,

com validação por fiscal do contrato.

**5.6. Requisitos de Vistoria Técnica:**

- a) As empresas interessadas deverão, obrigatoriamente, realizar vistoria técnica no local da obra, devendo a vistoria ser realizada previamente à apresentação das propostas de preços por profissional habilitado indicado pela licitante mediante agendamento prévio com o Cismepar.

5.6.1. A exigência de vistoria técnica obrigatória justifica-se pelo fato de o objeto da licitação consistir na retomada e conclusão de obra pública anteriormente iniciada, que se encontra paralisada há período prolongado, apresentando condições específicas e particulares que não podem ser plenamente avaliadas apenas por meio de projetos, plantas, memoriais ou registros documentais. Em razão do tempo de paralisação, o local da obra pode apresentar, entre outros aspectos: degradação ou deterioração de elementos já executados; interferências físicas não previstas originalmente; alterações no entorno, acessos ou condições de logística; necessidades específicas de mobilização, desmobilização e planejamento executivo.

5.6.2. A obrigatoriedade da vistoria técnica visa assegurar a vantajosidade da contratação, ao permitir que as licitantes elaborem suas propostas com pleno conhecimento das condições reais do local, reduzindo significativamente os riscos de apresentação de propostas inexequíveis, pleitos futuros indevidos de acréscimos financeiros, atrasos na execução decorrentes de alegações de desconhecimento das condições da obra ou pedidos infundados de reequilíbrio econômico-financeiro.

**5.7. Requisitos Econômicos-Financeiro:**

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As demonstrações deverão estar devidamente registradas na Junta Comercial ou órgão competente, conforme o tipo societário da empresa e se tratar de sociedade por ações deverão ser apresentadas as demonstrações publicadas na forma da legislação específica.

5.7.1. Com base nos dados extraídos do Balanço Patrimonial, a licitante deverá comprovar boa situação financeira mediante apresentação dos seguintes índices, devidamente calculados e assinados por profissional habilitado:

- a) Liquidez Geral (LG):

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

- b) Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$$

- c) Solvência Geral (SG):

$$SG = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

5.7.2. Será considerada habilitada a licitante que apresentar índices iguais ou superiores a 1,00 (um inteiro) para todos os indicadores.

5.7.3. A comprovação dos índices deverá ser feita por meio de memória de cálculo, assinada por contador regularmente habilitado, com indicação do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

5.7.4. Caso algum dos índices seja inferior a 1,00 (um inteiro), poderá ser exigida justificativa técnica ou documentação complementar que demonstre a capacidade econômico-financeira da licitante, a critério da Administração;

5.7.5. Considerando que o objeto da presente contratação trata da retomada de obra de construção, mostra-se necessária a verificação da capacidade econômico-financeira da empresa a ser contratada.

5.7.6. A retomada de obra exige mobilização imediata de equipe, aquisição de materiais, disponibilidade de capital de giro e capacidade de suportar eventuais imprevistos técnicos. Além disso, obras paralisadas representam risco de prejuízo ao erário, deterioração de estruturas já executadas e atraso na entrega do objeto público.

5.7.7. Dessa forma, a exigência dos documentos de qualificação econômico-financeira tem por finalidade assegurar que a empresa possua condições financeiras adequadas para assumir e concluir a obra com regularidade e estabilidade.

5.7.8. Além disso, trata-se de prática reconhecida pelo Tribunal de Contas da União como medida legítima de mitigação de riscos contratuais, especialmente em contratações de maior vulto ou complexidade técnica, como é o caso de obras públicas e serviços de engenharia, onde eventuais paralisações ou inadimplementos causariam prejuízos significativos ao interesse público.

5.7.9. Portanto, a exigência dos documentos se mostra razoável, proporcional e compatível com a natureza do objeto, contribuindo para a seleção de fornecedores com estabilidade operacional mínima necessária para garantir a boa execução contratual.

#### 5.8. Requisitos de Subcontratação:

- a) No caso específico da obra de retomada e finalização do Centro Especializado em Reabilitação – CER III, a subcontratação poderá ser admitida de forma parcial, no limite de 30 %, para serviços de menor relevância (pintura e acabamento final; revestimentos cerâmicos e similares; forros e divisórias internas; esquadrias simples; serviços de paisagismo; calçadas, cercas e urbanização leve; limpeza final e desmobilização; pequenos reparos sem impacto estrutural; serviços complementares de acabamento).que não causem impacto na estrutura principal da edificação ou exija técnicas especializadas,
- a) Não poderá ser feita subcontratação integral do objeto, bem como como a subcontratação de atividades que representem parcela de maior relevância técnica ou valor significativo da contratação.
- b) A subcontratação poderá ocorrer somente com a prévia autorização da Contratante, a quem incumbe, avaliar se a subcontrata cumpre os requisitos mínimos de regularidade fiscal e qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- c) A subcontratação de serviços que exijam responsabilidade técnica, somente poderá ser efetuada com profissionais ou empresas devidamente registradas no CREA ou no CAU, com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.
- d) Será vedada a subcontratação de empresa cujo dirigente mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com

dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

- e) O Cismepar não reconhecerá qualquer vínculo com empresas subcontratadas, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a contratada, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas causarem.
- f) A contratada principal continuará integralmente responsável pela totalidade da execução do contrato, inclusive pelas atividades subcontratadas, não havendo solidariedade entre a Administração e os subcontratados.

5.8.1. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, admite-se a subcontratação parcial da execução contratual, desde que prevista no edital de licitação e expressamente autorizada no contrato. A subcontratação é considerada um instrumento de flexibilidade operacional, podendo contribuir para a celeridade da execução e o aproveitamento de expertises especializadas em determinadas etapas do objeto contratado.

5.8.2. A permissão da subcontratação parcial, nestes moldes, busca equilibrar a eficiência contratual com a segurança jurídica e técnica, promovendo maior competitividade no certame sem comprometer o controle e a qualidade da execução.

#### 5.9. Requisitos de garantias:

- a) A licitante deverá apresentar garantia de proposta correspondente a 0,5% do valor estimado da contratação conforme permitido pelo art. 58 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser apresentada por caução e dinheiro; títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária. Devendo a comprovação ser enviada pelo licitante melhor classificado juntamente com a proposta ajustada.
- b) Garantia contratual de 5% do valor do contrato, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser apresentada por caução e dinheiro; títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária, preferencialmente por seguro-garantia com cláusula de retomada, dada a complexidade da obra e o histórico de paralisação, após assinatura do contrato. Devendo a comprovação ser apresentada pelo licitante vencedor, no prazo de 15 dias depois da adjudicação, como condição para assinatura do contrato.

### **6. MODELO DE EXECUÇÃO:**

6.1. A execução do objeto dar-se-á sob o regime de empreitada por preço global cabendo à contratada a execução integral da obra pelo preço contratado, conforme os projetos, especificações técnicas e demais elementos constantes deste Termo de Referência.

6.2. A execução dos serviços ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço, após assinatura do contrato e apresentação das condições de mobilização exigidas pelo CISMEPAR.

6.3. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá cumprir as obrigações abaixo relacionadas, como condição para a emissão da Ordem de Serviço e início da execução da obra, observados os prazos estabelecidos abaixo:

#### **6.4. Do Vínculo do Profissional Responsável Técnico**

6.4.1. A contratada deverá comprovar o vínculo do(s) profissional(is) responsável(is)



técnico(s) com a empresa, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, mediante a apresentação de, no mínimo, um dos seguintes documentos:

- a) contrato social, no caso de sócio;
- b) contrato de trabalho registrado em CTPS;
- c) contrato de prestação de serviços entre a empresa e o profissional pessoa física.

#### **6.5. Da Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica – ART/RRT**

6.5.1. A contratada deverá apresentar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, as ART(s)/RRT(s) referentes à execução da obra e aos responsáveis técnicos indicados, devidamente registradas no CREA ou CAU, conforme o caso.

6.5.2. A execução da obra somente poderá ser iniciada após a apresentação e aceitação das ART(s)/RRT(s) pela Administração.

#### **6.6. Do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC**

6.6.1. A contratada deverá apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, devidamente elaborado e assinado por profissional habilitado, antes do início da execução da obra.

#### **6.7. Da Garantia Contratual**

6.7.1. A garantia contratual tratada no título 10 deverá ser apresentada pela contratada no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, como condição para a emissão da Ordem de Serviço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **6.8. Da Assunção do Canteiro de Obras e da Vigilância do Local**

6.8.1. A contratada deverá assumir formalmente o canteiro de obras, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço, passando a ser integralmente responsável pela guarda, vigilância, conservação do local, materiais, equipamentos e serviços executados, até o recebimento definitivo da obra.

#### **6.9. Da Instalação da Placa da Obra**

6.9.1. A contratada deverá providenciar a instalação da placa da obra, conforme modelo e especificações fornecidas pelo Cismepar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço, devendo a placa permanecer no local até o recebimento definitivo da obra.

6.10. O descumprimento dos prazos e obrigações previstos acima impedirá a emissão da Ordem de Serviço ou o regular prosseguimento da execução, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável.

6.11. A contratada deverá iniciar os serviços imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço e executar os mesmos de forma contínua, planejada e integrada, observando rigorosamente:

- os projetos e especificações técnicas vigentes;
- as normas técnicas da ABNT e demais normas aplicáveis;
- as exigências de segurança do trabalho, saúde ocupacional e meio ambiente;
- o cronograma físico-financeiro aprovado pela Caixa Econômica Federal.

6.12. É vedada qualquer alteração de métodos construtivos, materiais ou especificações técnicas sem prévia autorização formal da fiscalização e do contratante.



### **6.13. Das medições e aprovação para pagamento**

6.13.1. A execução do objeto contratado será acompanhada por meio de medições físicas periódicas, destinadas exclusivamente à verificação do percentual de serviço executado, em

conformidade com os projetos, especificações técnicas, planilha orçamentária de referência e cronograma físico-financeiro aprovado pelo Caixa Econômica Federal.

6.13.2. As medições terão caráter mensal e abrangerão somente os serviços efetivamente executados no período, sendo vedada a medição de serviços não iniciados ou executados em desacordo com o contrato.

6.13.3. Como a contratação é sob o regime de empreitada por preço global, a medição terá por finalidade exclusiva a aferição do avanço físico do objeto, servindo de base para o pagamento proporcional do valor global contratado, não implicando apuração de preços unitários para fins de alteração do valor contratual, nem descaracterizando o regime de execução adotado.

6.13.4. Da apresentação da medição pela contratada: A medição deverá ser formalmente apresentada pela contratada ao fiscal técnico e fiscal administrativo do Cismepar, acompanhada, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) boletim de medição detalhado;
- b) relatório técnico dos serviços executados;
- c) diário de obra atualizado com fotos.

6.13.5. Da análise pelo Fiscal Técnico: A medição apresentada será analisada pelo Fiscal Técnico do contrato, a quem compete:

- a) verificar a execução física dos serviços no local da obra;
- b) conferir quantitativos, percentuais do serviço executado e conformidade com os projetos, especificações e cronograma aprovado;
- c) aprovar ou reprovar a medição, total ou parcialmente, mediante manifestação técnica fundamentada.

6.13.6. Se constatada alguma divergência o Fiscal Técnico deverá reprovar a medição e formalizar solicitação, de forma fundamentada, para que a contratada realize os ajustes, complementações ou correções, ficando a contratada obrigada a apresentar nova medição dentro do prazo que for estipulado.

6.13.7. Nenhum pagamento será devido até a aprovação da respectiva medição.

6.13.8. Do encaminhamento à gestão administrativa do contrato e do convênio: Uma vez aprovada pelo Fiscal Técnico, a medição deverá ser apresentada ao CISMESPAR, para fins de:

- a) ciência do Fiscal Administrativo e pelo Gestor do contrato e encaminhamento ao Gestor do Convênio do Cismepar;
- b) a Gestora do Convênio providenciará o encaminhamento da medição à Caixa Econômica Federal.

6.13.9. Da análise pelo agente financeiro e liberação do pagamento:

- a) A medição somente será considerada apta para pagamento após a análise e aprovação pelo agente financeiro (CAIXA Econômica Federal), nos termos das normas aplicáveis aos contratos de repasse da União;

- b) O pagamento ficará condicionado à aprovação final da medição pelo agente financeiro, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do convênio.

6.13.10. A contratada fica obrigada a realizar todos os ajustes, correções ou complementações solicitadas pela Caixa, no prazo estabelecido, como condição indispensável para o recebimento, aprovação da medição e liberação do pagamento, não sendo devida qualquer parcela enquanto pendentes as correções apontadas.

#### **6.14. Do Recebimento da obra**

6.14.1. O recebimento provisório e definitivo do serviço seguirá o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.

6.14.2. Concluída a execução integral da obra, a contratada comunicará formalmente o Cismepar para fins de realização do recebimento provisório, que será efetuado por fiscal técnico e fiscal administrativo, mediante verificação da conformidade dos serviços executados com os projetos, especificações técnicas e demais condições contratuais.

6.14.3. O recebimento provisório será formalizado em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação da conclusão da obra, podendo ser efetuado com ressalvas, caso sejam constatadas pendências ou não conformidades, as quais deverão ser sanadas pela contratada no prazo fixado pela Administração.

6.14.4. Sanadas todas as pendências eventualmente apontadas, inclusive a apresentação dos documentos mencionado no item 6.12.7, será realizado o recebimento definitivo da obra, pelo Gestor de Contratos e Diretoria Administrativo, no prazo de até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório.

6.14.5. O recebimento definitivo não exime a contratada das responsabilidades legais e contratuais relativas a vícios ocultos, garantia da obra e demais obrigações previstas na legislação aplicável.

6.14.6. Somente após o recebimento definitivo poderão ser adotadas as providências relativas à liberação da garantia contratual, desde que inexistam pendências.

6.14.7. Comunicada a conclusão da obra, a contratada deverá apresentar ao Cismepar, dentro do prazo para o recebimento definitivo (90 dias a contar da formalização da conclusão), toda a documentação técnica e administrativa necessária ao recebimento da obra, à regularização perante os órgãos competentes e ao encerramento do contrato.

6.14.8. Constituem obrigações da contratada, após a conclusão da obra, sem prejuízo de outras previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável:

- I. apresentar relatório final de execução da obra, assinado pelo responsável técnico, atestando a conclusão dos serviços em conformidade com os projetos, especificações técnicas e condições contratuais;
- II. apresentar as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT de conclusão da obra, quando exigível;
- III. entregar os projetos “como construído” (as built), quando previstos no edital ou no Termo de Referência, em meio físico e/ou digital;
- IV. apresentar o diário de obra completo, devidamente encerrado;
- V. apresentar a documentação necessária à obtenção do Certificado de Vistoria e laudo de Conclusão de Obras (Habite-se) ou documento equivalente, junto ao Município,

incluindo laudos, declarações e certificados exigidos pelos órgãos competentes do Município;

- VI. apresentar os laudos e certificados dos sistemas e instalações, quando aplicável, tais como instalações elétricas, hidrossanitárias, prevenção e combate a incêndio, bem como o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, atendendo todas solicitações referentes ao projeto e ARTs solicitadas pelo órgão competente;
- VII. comprovar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, mediante apresentação das respectivas notas fiscais e documentos pertinentes;
- VIII. apresentar eventuais manuais, garantias, termos de manutenção e documentação técnica dos equipamentos e sistemas instalados, quando aplicável;
- IX. sanar todas as pendências e não conformidades eventualmente apontadas pela fiscalização no recebimento provisório da obra, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- X. prestar todas as informações e esclarecimentos necessários à análise do CISMENPAR, da gestão do convênio e do agente financeiro, quando aplicável.
- XI. apresentar comprovação da execução projeto elétrico junto à COPEL, bem como a comprovação da solicitação e efetivação da ligação definitiva de energia elétrica, mediante apresentação de termo de vistoria e documento formal de liberação da concessionária/Cismenpar
- XII. apresentar comprovação de execução dos projetos hidrossanitários junto à SANEPAR, bem como a comprovação da solicitação e efetivação das ligações definitivas de água e esgoto, mediante apresentação de termo de vistoria e documento formal de liberação da concessionária/Cismenpar.

6.14.9. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula impedirá o recebimento definitivo da obra, a liberação de eventuais garantias contratuais e a adoção das providências finais de encerramento do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## **7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:**

7.1. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por equipe designada pelo CISMENPAR, composta por gestor do contrato, fiscal técnico contratado e fiscal administrativo indicado pelo órgão, conforme o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

7.2.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

7.2.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

7.2.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a

situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, IV).

7.2.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor de contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, V).

7.2.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, VII).

7.3. O fiscal administrativo do contrato será responsável pela verificação e manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022) e dará apoio ao fiscal técnico nas questões administrativas do contrato.

7.3.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 23, IV).

7.4. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, IV).

7.4.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, II).

7.4.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, III).

7.4.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, X).

7.4.4. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, VI).

7.4.5. O gestor do contrato deverá elaborar a documentação pertinente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.5. Todos os atos de fiscalização deverão ser devidamente registrados em relatórios e

lançados no processo administrativo correspondente, garantindo a transparência.

## **8. OBRIGAÇÃO DAS PARTES**

### **8.1. Obrigações da Contratada:**

8.1.1. Executar integralmente os serviços conforme os projetos e memoriais aprovados, observando as normas técnicas e prazos estabelecidos.

8.1.2. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à execução da obra.

8.1.3. Manter responsável técnico habilitado, com registro no CREA ou CAU, e apresentar as respectivas ARTs ou RRTs.

8.1.4. Cumprir as normas de segurança, ambientais e trabalhistas, adotando medidas preventivas contra acidentes e danos ao patrimônio público.

8.1.5. Corrigir, sem ônus adicional, eventuais falhas, defeitos ou inconformidades identificadas durante a execução ou no recebimento da obra.

8.1.6. Manter o canteiro de obras limpo, organizado e seguro, garantindo a correta destinação de resíduos e a integridade das instalações.

8.1.7. Responder civil e administrativamente por danos causados a terceiros ou ao patrimônio público durante a execução dos serviços.

### **8.2. Obrigações do Cismepar:**

8.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, designando formalmente o gestor e os fiscais do contrato.

8.2.2. Disponibilizar acesso às áreas de trabalho e fornecer informações e autorizações necessárias à execução da obra.

8.2.3. Aprovar medições através do fiscal técnico e encaminhar para Caixa Econômica Federal;

8.2.4. Efetuar pagamentos conforme aprovação e liberação dos recursos pela União/Caixa Econômica Federal;

8.2.5. Informar a contratada sobre irregularidades e notificá-la com prazo para regularização, aplicando penalidades quando cabível, conforme previsto em contrato e legislação vigente.

8.2.6. Promover o acompanhamento técnico e administrativo junto à Caixa Econômica Federal, através do responsável do Cismepar pela Gestão do Convênio, garantindo a conformidade com o contrato de repasse.

8.2.7. Assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos e a observância dos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

## **9. PAGAMENTO:**

9.1. O pagamento à contratada será efetuado de forma parcelada, de acordo com o avanço

físico da obra, mediante medições devidamente aprovadas, observados o cronograma físico-financeiro e as normas do contrato de repasse da União/Caixa Econômica Federal.

9.2. O pagamento de cada parcela ficará condicionado, cumulativamente, a:

- a) apresentação da medição dos serviços executados, acompanhada da documentação técnica exigida no contrato;
- b) atesto/aprovação do Fiscal Técnico quanto à efetiva execução dos serviços apresentados no boletim de medição;
- c) aprovação da medição pela Caixa Econômica Federal;
- d) apresentação da nota fiscal correspondente;
- e) manutenção das condições de regularidade fiscal da contratada.

9.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da aprovação do Boletim de Medição pela Caixa, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente.

9.4. Em razão do regime de empreitada por preço global, o pagamento não se vincula à comprovação individual de encargos trabalhistas dos empregados da contratada, respondendo esta, de forma exclusiva, por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

9.5. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos ou documentos complementares estritamente necessários à verificação da regular execução do objeto, sem que isso implique ingerência na gestão de pessoal da contratada.

9.6. Nenhum pagamento eximirá a contratada das responsabilidades técnicas, legais e contratuais, nem implicará em aceitação definitiva dos serviços, que somente ocorrerá após o recebimento definitivo previsto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.

## **10. DAS GARANTIAS:**

### **10.1. Da Garantia Contratual**

10.1.1. Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, a contratada deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.1.2. A garantia contratual deverá ser apresentada após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, como condição para a emissão da Ordem de Serviço e início da execução da obra.

10.1.3. A garantia poderá ser prestada, a critério da contratada, por uma das seguintes modalidades legalmente admitidas:

- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II. fiança bancária;
- III. seguro-garantia.

10.1.4. A garantia contratual destina-se a assegurar o cumprimento das obrigações contratuais durante a execução da obra, podendo ser utilizada para cobertura de prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual, observados o contraditório e a ampla defesa.

10.1.5. A garantia contratual permanecerá vigente até o recebimento definitivo da obra, podendo ser liberada ou restituída após a comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais, desde que inexistam pendências.

### **10.2. Da Garantia de Solidez e Segurança da Obra**

10.2.1. Independentemente da garantia contratual prevista no §1º, a contratada



responderá pela solidez e segurança da obra pelo prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 618 do Código Civil, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

10.2.2. A garantia de solidez e segurança constitui garantia legal, de natureza civil, independente de prestação de garantia financeira, não se confundindo nem se substituindo à garantia contratual.

10.2.3. Durante o prazo legal de garantia, a contratada será responsável pela correção de vícios ou defeitos que comprometam a estabilidade, solidez ou segurança da obra, sem prejuízo das demais responsabilidades legais cabíveis.

10.3. As garantias previstas nesta cláusula possuem natureza, finalidade e prazos distintos, não se compensando nem se sobrepondo, sendo vedada a exigência de garantia financeira para cobertura do prazo de responsabilidade previsto no art. 618 do Código Civil.

## **11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

11.1. A licitação será realizada na modalidade de Concorrência Eletrônica, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento do tipo **menor preço global**, atendidas todas as especificações técnicas e condições deste Termo de Referência.

11.2. A contratação será por empreitada por preço global, portanto o valor ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais, seguros, transporte, impostos e demais despesas necessárias à conclusão da obra.

11.3. Não serão admitidas propostas com preços simbólicos, irrisórios, inexecutáveis ou que não reflitam os custos reais de mercado, conforme previsto no artigo 59, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Em caso de empate entre propostas, será aplicado o disposto no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, observando-se a preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme legislação vigente.

11.5. O julgamento das propostas observará os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da vinculação ao instrumento convocatório, assegurando a transparência e a competitividade do certame.

## **12. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

12.1. O valor estimado para a execução integral da obra de retomada e conclusão do Centro Especializado em Reabilitação – CER III é **R\$ 3.743.979,09 (três milhões setecentos e quarenta e três mil novecentos e setenta e nove reais e nove centavos)**.

12.2. O valor foi definido com base na planilha orçamentária reprogramada e validada pela Caixa Econômica Federal, considerando os custos de materiais, equipamentos, mão de obra e encargos necessários à conclusão da obra.

12.3. A estimativa de custos foi elaborada em conformidade com o artigo 23, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, utilizando parâmetros de mercado, composições de preços unitários e referenciais oficiais de obras públicas.

12.4. O valor estimado servirá exclusivamente como limite máximo para o julgamento das propostas, não constituindo obrigação de gasto integral por parte da administração.



12.5. Havendo divergência entre a planilha orçamentária e os valores ofertados pelas licitantes, prevalecerá o valor global proposto pela vencedora, desde que em conformidade com o orçamento aprovado e com as especificações técnicas do objeto.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTES DE RECURSOS:**

13.1. A despesa decorrente da presente contratação será custeada com recursos federais oriundos do contrato de repasse firmado entre o Ministério da Saúde e o CISMEPAR, por intermédio da Caixa Econômica Federal.

13.2. Serão utilizados, complementarmente, recursos próprios e superávit financeiro de exercícios anteriores, devidamente disponíveis para aplicação e vinculados à finalidade da obra.

13.3. A execução orçamentária observará as normas de contabilidade pública, as regras de execução do convênio e o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei nº 14.133/2021.

13.4. A comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira será efetuada mediante emissão de nota de empenho, observando a dotação específica consignada no orçamento do CISMEPAR.

2.001.10.122.0001.1001 - CONVENIO SICONV Nº 839253 - CONSTRUCAO CER III.

**19 - 02.001.10.122.0001.1001. OBRAS E INSTALACOES**

13.5. Quaisquer alterações na fonte de custeio ou no cronograma de desembolso dependerão de prévia autorização da autoridade competente e da Caixa Econômica Federal, quando aplicável.

### **14. REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

#### **14.1. Do Reajuste de Preços:**

14.1.1. O preço contratado poderá ser reajustado, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data-base da aprovação do orçamento estimado da licitação pela Caixa Econômica Federal, ou da data do último reajuste concedido, conforme o caso, nos termos do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1.2. O reajuste não será aplicado de forma automática, dependendo de solicitação expressa da contratada, a qual deverá ser apresentada por escrito.

14.1.3. O reajuste será aplicado exclusivamente sobre o saldo contratual a executar, não incidindo sobre as parcelas já executadas e pagas, respeitada a natureza do contrato sob o regime de empreitada por preço global.

14.1.4. O reajuste incidirá sobre o valor global do contrato, utilizando um único índice, vedada a recomposição por itens ou planilhas abertas.

14.1.5. Para fins de reajuste, será adotado o Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice que venha oficialmente a substituí-lo, por ser o indicador que melhor reflete a variação dos custos da construção civil.

14.1.6. A atualização dos valores será realizada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\mathbf{VR = V_0 \times (INCC \text{ atual} / INCC \text{ base})}$$

Onde:

**VR** = valor reajustado;

**V<sub>o</sub>** = valor do saldo contratual a executar;

**INCC atual** = índice correspondente ao mês de aplicação do reajuste;

**INCC base** = índice correspondente ao mês da data-base do orçamento estimado da licitação ou do último reajuste.

14.1.7. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não configurando alteração contratual.

#### 14.2. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

14.2.1. Independentemente do reajuste previsto no item anterior, poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a qualquer tempo, quando formalmente solicitado pela contratada e comprovada a ocorrência de fatos supervenientes que tenham provocado desequilíbrio na equação econômico-financeira originalmente pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

14.2.2. Consideram-se aptos a ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovados:

- fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;
- caso fortuito ou força maior;
- fato do príncipe;
- alterações unilaterais promovidas pela Administração que impactem os encargos do contratado.

14.2.3. O pedido de reequilíbrio deverá ser formalmente instruído pela contratada, com demonstração técnica e econômica do impacto sofrido, vedada a recomposição automática de custos ou a simples alegação de elevação ordinária de preços de insumos.

14.2.4. O reequilíbrio econômico-financeiro, quando reconhecido, será formalizado por termo aditivo, observados os limites e condições legais aplicáveis.

### 15. **EXTINÇÃO CONTRATUAL E SANÇÕES:**

15.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, por iniciativa do CISMEPAR, da contratada ou de forma consensual, mediante justificativa formal e observância do devido processo administrativo.

15.2. A rescisão poderá ocorrer, entre outros motivos, por descumprimento contratual, atraso injustificado na execução dos serviços, paralisação da obra sem autorização, falência ou dissolução da empresa, e demais situações previstas em lei.

15.3. A contratada estará sujeita às sanções previstas nos artigos 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser aplicadas, conforme a gravidade da infração, as seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. compensatória
- IV. de mora

- V. impedimento de licitar e contratar com o Cismepar;
- VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do instrumento contratual com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta instrução normativa.

15.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item acima poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea "a" do referido item.

15.6. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) descumprimento de pequena relevância;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual.

15.7. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no instrumento contratual, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- I. de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
  - a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - c) não celebrar o instrumento contratual quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta.
- I. de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- II. de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do instrumento contratual;
- III. de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o do instrumento contratual em caso de:
  - a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento contratual;
  - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do instrumento contratual;;
  - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
  - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - e) prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do instrumento contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do instrumento contratual;

15.8. Naqueles do instrumento contratual; que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação estipulado no instrumento convocatório.

15.9. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- I. retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros instrumentos contratuais firmados com o contratado;
- II. descontado do valor da garantia prestada;
- III. pago por meio de guia de pagamento emitida pelo Cismepar;
- IV. cobrado judicialmente.

15.10. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do instrumento contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:  
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 02 (dois) anos.
- II. dar causa à inexecução total do instrumento contratual;:  
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 03 (três) anos.
- III. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:  
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 03 (três) meses.
- IV. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:  
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 06 (seis) meses.
- V. não celebrar do instrumento contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:  
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 02 (dois) anos.
- VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.  
Pena – impedimento pelo período de 03 (três) até 06 (seis) meses.

15.11. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar

declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento contratual:  
Pena – de 01 (um) até 04 (quatro) anos.

II. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual:

Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Pena – de 01 (um) até 05 (cinco) anos.

V. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

15.12. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no item anterior, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Londrina, 26 de março de 2026.

Nome/Função dos colaboradores na elaboração do TR:

*Adriano Costa Loiola – Curador Estratégico*

*Bruna Luana Bueno – Assessora Jurídica*

*Diego Augusto Buffalo Gomes – Diretor Executivo*

*Fabiane Ribeiro de Oliveira – Curadora Estratégica*

***Eduardo Terkelli de Souza***  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

**ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/26**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/26**

**PROPOSTA DE PREÇO**

<b>Razão Social:</b>		
CNPJ nº:		
Endereço:		
Telefone:	Fax:	E-mail:
Banco:	Agência n.º:	Conta corrente n.º:
<b>Nome do Representante:</b>		
CPF:		
RG:		

**Especificação do item:**

Item	Descrição do item	Unidade	Quantidade	Valor Total
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA RETOMADA E FINALIZAÇÃO DA OBRA DO CENTRO ESPECIALIZADO DE REABILITAÇÃO III, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS ATÉ A CONCLUSÃO POR COMPLETO DA OBRA	UND	1	R\$ (...)
Valor total do Lote: R\$ (...) (por extenso)				

**Valor da proposta: R\$ .....(por extenso)**

**Prazo de validade da proposta: .....**

**Declaração:** Declaro para os devidos fins, que estão incluídos no preço proposto todos os impostos, taxas, seguros, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços a serem prestados.

**Observação:** Esta proposta deve ser acompanhada do cronograma físico-financeiro.

Local, data

Identificação e assinatura do representante da empresa

**OBS: EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU APOR CARIMBO DA EMPRESA JUNTAMENTE COM A ASSINATURA DE SEU REPRESENTANTE.**

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/26**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/26**

A empresa \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
declara que utiliza madeira de origem legal oriundas de áreas de manejo florestal sustentável aprovado por órgão ambiental competente, ou áreas de supressão autorizada de vegetação nativa, bem como priorizará a utilização de insumos com menor impacto ambiental, recicláveis ou com certificações ambientais reconhecidas.

Local, data

**Assinatura do representante da empresa**

**OBS: EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU APOR CARIMBO DA EMPRESA JUNTAMENTE COM A ASSINATURA DE SEU REPRESENTANTE.**



**ANEXO IV – TERMO DE VISTORIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/26**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/26**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara que realizou vistoria prévia no terreno onde deverá ser executada a retomada da obra da construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER III, tomando conhecimento das condições e saneando as dúvidas referentes à execução dos serviços e formulação da proposta de preços. Não podendo alegar desconhecimentos das condições do local da execução dos serviços como justificativa para se eximir das obrigações do contrato.

Local, data

**Assinatura do representante da empresa**

**Assinatura do funcionário do CISMEPAR**

**OBS: EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU APOR CARIMBO DA EMPRESA JUNTAMENTE COM A ASSINATURA DE SEU REPRESENTANTE.**

**ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/26**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/26**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025**

**ID \_\_\_\_\_**

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema, inscrito no CNPJ sob nº 00.445.188/0001-81, a seguir denominado **CISMENAR**, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Onício de Souza, brasileiro, casado, prefeito, portador do RG de nº 7.195.233-1 SSP/PR e do CPF/MF sob nº 023.700.329-52, residente e domiciliado na Rua Santo Amaro, nº 223, Centro, CEP 86.165-000, na cidade de Florestópolis, Estado do Paraná e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº: \_\_\_\_\_ com sede a Rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por xxxxxxxxxxxxxxxx, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG nº xxxxxxxxxxxx SSP/XX e inscrito no CPF/MF sob nº xxxxxxxxxxxx residente e domiciliado no município de xxxxxxxxxxxx/XX resolvem firmar o presente contrato em conformidade com o processo em epígrafe e com a proposta apresentada mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem como objeto a prestação dos serviços de **retomada e conclusão da construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER III**, localizado no município de Londrina/PR, conforme especificações técnicas (projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro) reprogramados e aprovados pela Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Repasse nº 839253/2016, conforme especificações estabelecidas neste contrato:

**1.2.** Das especificações detalhadas do objeto:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Total
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA RETOMADA E FINALIZAÇÃO DA OBRA DO CENTRO ESPECIALIZADO DE REABILITAÇÃO III, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS ATÉ A CONCLUSÃO POR COMPLETO DA OBRA.	UND	1	R\$ ....
<b>Valor Máximo do Lote: R\$ ... (....)</b>				

**1.2.1.** A execução compreenderá todas as etapas necessárias à conclusão da edificação, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra, a realização dos serviços de acabamento, instalações elétricas, hidrossanitárias, de climatização e de acessibilidade, além da recomposição de estruturas, testes, limpeza final e entrega definitiva da obra em condições plenas de uso.

**1.2.2.** A execução da obra deverá seguir todos os elementos técnicos (projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro) disponibilizados pelo CISMENAR e aprovados pela Caixa Econômica Federal.

**1.3.** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou esta contratação e seus eventuais anexos.
- b) A proposta do contratado.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) meses contados do 1º dia útil após a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial do CISMEDPAR, contemplando os 16 meses conforme o cronograma físico-financeiro aprovado pela Caixa Econômica Federal, mais 04 meses para trâmites legais de recebimento/pagamento e documentação legal da conclusão da obra, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica e disponibilidade orçamentária, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO**

**3.1.** A execução dos serviços ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço, após assinatura deste contrato administrativo e apresentação das condições de mobilização exigidas pelo CISMEDPAR.

**3.2.** Após a assinatura deste contrato administrativo, a contratada deverá cumprir as obrigações abaixo relacionadas, como condição para a emissão da Ordem de Serviço e início da execução da obra, observados os prazos estabelecidos abaixo:

### **3.3. Do Vínculo do Profissional Responsável Técnico**

**3.3.1.** A contratada deverá comprovar o vínculo do(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) com a empresa, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura deste contrato, mediante a apresentação de, no mínimo, um dos seguintes documentos:

- a) Contrato social, no caso de sócio;
- b) Contrato de trabalho registrado em CTPS;
- c) Contrato de prestação de serviços entre a empresa e o profissional pessoa física.

### **3.4. Da Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica – ART/RRT**

**3.4.1.** A contratada deverá apresentar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura deste contrato, as ART(s)/RRT(s) referentes à execução da obra e aos responsáveis técnicos indicados, devidamente registradas no CREA ou CAU, conforme o caso.

**3.4.2.** A execução da obra somente poderá ser iniciada após a apresentação e aceitação das ART(s)/RRT(s) pela Administração.

### **3.5. Do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC**

**3.5.1.** A contratada deverá apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste contrato, devidamente elaborado e assinado por profissional habilitado, antes do início da execução da obra.

### **3.6. Da Garantia Contratual**

**3.6.1.** A garantia contratual tratada na Clausula Quarta deverá ser apresentada pela contratada no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste contrato, como condição para a emissão da Ordem de Serviço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **3.7. Da Assunção do Canteiro de Obras e da Vigilância do Local**

**3.7.1.** A contratada deverá assumir formalmente o canteiro de obras, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço, passando a ser integralmente responsável pela guarda, vigilância, conservação do local, materiais, equipamentos e serviços executados, até o recebimento definitivo da obra.

### **3.8. Da Instalação da Placa da Obra**

**3.8.1.** A contratada deverá providenciar a instalação da placa da obra, conforme modelo e especificações fornecidas pelo Cismepar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço, devendo a placa permanecer no local até o recebimento definitivo da obra.

**3.9.** O descumprimento dos prazos e obrigações previstos acima impedirá a emissão da Ordem de Serviço ou o regular prosseguimento da execução, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável.

**3.10.** A contratada deverá iniciar os serviços imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço e executar os mesmos de forma contínua, planejada e integrada, observando rigorosamente:

- os projetos e especificações técnicas vigentes;
- as normas técnicas da ABNT e demais normas aplicáveis;
- as exigências de segurança do trabalho, saúde ocupacional e meio ambiente;
- o cronograma físico-financeiro aprovado pela Caixa Econômica Federal.

**3.11.** É vedada qualquer alteração de métodos construtivos, materiais ou especificações técnicas sem prévia autorização formal da fiscalização e do contratante.

### **3.12. Das medições e aprovação para pagamento**

**3.12.1.** A execução do objeto contratado será acompanhada por meio de medições físicas periódicas, destinadas exclusivamente à verificação do percentual de serviço executado, em conformidade com os projetos, especificações técnicas, planilha orçamentária de referência e cronograma físico-financeiro aprovado pelo Caixa Econômica Federal.

**3.12.2.** As medições terão caráter mensal e abrangerão somente os serviços efetivamente executados no período, sendo vedada a medição de serviços não iniciados ou executados em desacordo com o contrato.

**3.12.3.** Como a contratação é sob o regime de empreitada por preço global, a medição terá por finalidade exclusiva a aferição do avanço físico do objeto, servindo de base para o pagamento proporcional do valor global contratado, não implicando apuração de preços unitários para fins de alteração do valor contratual, nem descaracterizando o regime de execução adotado.

**3.12.4. Da apresentação da medição pela contratada:** A medição deverá ser formalmente apresentada pela contratada ao fiscal técnico e fiscal administrativo do Cismepar, acompanhada, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) Boletim de medição detalhado;
- b) Relatório técnico dos serviços executados;
- c) Diário de obra atualizado com fotos.

**3.12.5.** Da análise pelo Fiscal Técnico: A medição apresentada será analisada pelo Fiscal Técnico deste contrato, a quem compete:

- a) Verificar a execução física dos serviços no local da obra;
- b) Conferir quantitativos, percentuais do serviço executado e conformidade com os projetos, especificações e cronograma aprovado;
- c) Aprovar ou reprovar a medição, total ou parcialmente, mediante manifestação técnica fundamentada.

**3.12.6.** Se constatada alguma divergência o Fiscal Técnico deverá reprovar a medição e formalizar solicitação, de forma fundamentada, para que a contratada realize os ajustes, complementações ou correções, ficando a contratada obrigada a apresentar nova medição dentro do prazo que for estipulado.

**3.12.7.** Nenhum pagamento será devido até a aprovação da respectiva medição.

**3.12.8.** Do encaminhamento à gestão administrativa deste contrato e do convênio: Uma vez aprovada pelo Fiscal Técnico, a medição deverá ser apresentada ao CISMESPAR, para fins de:

- a) Ciência do Fiscal Administrativo e pelo Gestor deste contrato e encaminhamento ao Gestor do Convênio do Cismepar;
- b) A Gestora do Convênio providenciará o encaminhamento da medição à Caixa Econômica Federal.

**3.12.9.** Da análise pelo agente financeiro e liberação do pagamento:

- a) A medição somente será considerada apta para pagamento após a análise e aprovação pelo agente financeiro (CAIXA Econômica Federal), nos termos das normas aplicáveis aos contratos de repasse da União;
- b) O pagamento ficará condicionado à aprovação final da medição pelo agente financeiro, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do convênio.

**3.12.10.** A contratada fica obrigada a realizar todos os ajustes, correções ou complementações solicitadas pela Caixa, no prazo estabelecido, como condição indispensável para o recebimento, aprovação da medição e liberação do pagamento, não sendo devida qualquer parcela enquanto pendentes as correções apontadas.

### **3.13. Do Recebimento da obra**

**3.13.1.** O recebimento provisório e definitivo do serviço seguirá o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.

**3.13.2.** Concluída a execução integral da obra, a contratada comunicará formalmente o Cismepar para fins de realização do recebimento provisório, que será efetuado por fiscal técnico e fiscal administrativo, mediante verificação da conformidade dos serviços executados com os projetos, especificações técnicas e demais condições contratuais.

**3.13.3.** O recebimento provisório será formalizado em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação da conclusão da obra, podendo ser efetuado com ressalvas, caso sejam constatadas pendências ou não conformidades, as quais deverão ser sanadas pela contratada no prazo fixado pela Administração.

**3.13.4.** Sanadas todas as pendências eventualmente apontadas, inclusive a apresentação dos documentos mencionado no item 3.13.7, será realizada o recebimento definitivo da obra, pelo Gestor de Contratos e Diretoria Administrativo, no prazo de até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório.

**3.13.5.** O recebimento definitivo não exime a contratada das responsabilidades legais e contratuais relativas a vícios ocultos, garantia da obra e demais obrigações previstas na legislação aplicável.

**3.13.6.** Somente após o recebimento definitivo poderão ser adotadas as providências relativas à liberação da garantia contratual, desde que inexistam pendências.

**3.13.7.** Comunicada a conclusão da obra, a contratada deverá apresentar ao Cismepar, dentro do prazo para o recebimento definitivo (90 dias a contar da formalização da conclusão), toda a documentação técnica e administrativa necessária ao recebimento da obra, à regularização perante os órgãos competentes e ao encerramento deste contrato.

**3.13.8.** Constituem obrigações da contratada, após a conclusão da obra, sem prejuízo de outras previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável:

- I. Apresentar relatório final de execução da obra, assinado pelo responsável técnico, atestando a conclusão dos serviços em conformidade com os projetos, especificações técnicas e condições contratuais;
- II. Apresentar as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT de conclusão da obra, quando exigível;
- III. Entregar os projetos “como construído” (as built), quando previstos no edital ou no Termo de Referência, em meio físico e/ou digital;
- IV. Apresentar o diário de obra completo, devidamente encerrado;
- V. Apresentar a documentação necessária à obtenção do Certificado de Vistoria e laudo de Conclusão de Obras (Habite-se) ou documento equivalente, junto ao Município, incluindo laudos, declarações e certificados exigidos pelos órgãos competentes do Município;
- VI. Apresentar os laudos e certificados dos sistemas e instalações, quando aplicável, tais como instalações elétricas, hidrossanitárias, prevenção e combate a incêndio, bem como o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, atendendo todas solicitações referentes ao projeto e ARTs solicitadas pelo órgão competente;
- VII. Comprovar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, mediante apresentação das respectivas notas fiscais e documentos pertinentes;
- VIII. Apresentar eventuais manuais, garantias, termos de manutenção e documentação técnica dos equipamentos e sistemas instalados, quando aplicável;
- IX. Sanar todas as pendências e não conformidades eventualmente apontadas pela fiscalização no recebimento provisório da obra, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

- X. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários à análise do CISMESPAR, da gestão do convênio e do agente financeiro, quando aplicável.
- XI. Apresentar comprovação da execução projeto elétrico junto à COPEL, bem como a comprovação da solicitação e efetivação da ligação definitiva de energia elétrica, mediante apresentação de termo de vistoria e documento formal de liberação da concessionária/Cismepar
- XII. Apresentar comprovação de execução dos projetos hidrossanitários junto à SANEPAR, bem como a comprovação da solicitação e efetivação das ligações definitivas de água e esgoto, mediante apresentação de termo de vistoria e documento formal de liberação da concessionária/Cismepar.

**3.13.9.** O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula impedirá o recebimento definitivo da obra, a liberação de eventuais garantias contratuais e a adoção das providências finais de encerramento deste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS GARANTIAS**

##### **4.1. Da Garantia Contratual**

**4.1.1.** Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, a contratada deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial deste contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.1.2.** A garantia contratual deverá ser apresentada após a assinatura deste contrato, no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, como condição para a emissão da Ordem de Serviço e início da execução da obra.

**4.1.3.** A garantia poderá ser prestada, a critério da contratada, por uma das seguintes modalidades legalmente admitidas:

- I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II. Fiança bancária;
- III. Seguro-garantia.

**4.1.4.** A garantia contratual destina-se a assegurar o cumprimento das obrigações contratuais durante a execução da obra, podendo ser utilizada para cobertura de prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual, observados o contraditório e a ampla defesa.

**4.1.5.** A garantia contratual permanecerá vigente até o recebimento definitivo da obra, podendo ser liberada ou restituída após a comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais, desde que inexistam pendências.

##### **4.2. Da Garantia de Solidez e Segurança da Obra**

**4.2.1.** Independentemente da garantia contratual prevista no §1º, a contratada responderá pela solidez e segurança da obra pelo prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 618 do Código Civil, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

**4.2.2.** A garantia de solidez e segurança constitui garantia legal, de natureza civil, independente de prestação de garantia financeira, não se confundindo nem se substituindo à garantia contratual.



**4.2.3.** Durante o prazo legal de garantia, a contratada será responsável pela correção de vícios ou defeitos que comprometam a estabilidade, solidez ou segurança da obra, sem prejuízo das demais responsabilidades legais cabíveis.

**4.2.4.** As garantias previstas nesta cláusula possuem natureza, finalidade e prazos distintos, não se compensando nem se sobrepondo, sendo vedada a exigência de garantia financeira para cobertura do prazo de responsabilidade previsto no art. 618 do Código Civil.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **5.1. Obrigações do CISMEDPAR:**

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, designando formalmente o gestor e os fiscais deste contrato.
- b) Disponibilizar acesso às áreas de trabalho e fornecer informações e autorizações necessárias à execução da obra.
- c) Aprovar medições através do fiscal técnico e encaminhar para Caixa Econômica Federal;
- d) Efetuar pagamentos conforme aprovação e liberação dos recursos pela União/Caixa Econômica Federal;
- e) Informar a contratada sobre irregularidades e notificá-la com prazo para regularização, aplicando penalidades quando cabível, conforme previsto em contrato e legislação vigente.
- f) Promover o acompanhamento técnico e administrativo junto à Caixa Econômica Federal, através do responsável do Cismepar pela Gestão do Convênio, garantindo a conformidade com o contrato de repasse.
- g) Assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos e a observância dos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

### **5.2. Obrigações da Contratada:**

- a) Executar integralmente os serviços conforme os projetos e memoriais aprovados, observando as normas técnicas e prazos estabelecidos.
- b) Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessária à execução da obra.
- c) Manter responsável técnico habilitado, com registro no CREA ou CAU, e apresentar as respectivas ARTs ou RRTs.
- d) Cumprir as normas de segurança, ambientais e trabalhistas, adotando medidas preventivas contra acidentes e danos ao patrimônio público.
- e) Corrigir, sem ônus adicional, eventuais falhas, defeitos ou inconformidades identificadas durante a execução ou no recebimento da obra.
- f) Manter o canteiro de obras limpo, organizado e seguro, garantindo a correta destinação de resíduos e a integridade das instalações.
- g) Responder civil e administrativamente por danos causados a terceiros ou ao patrimônio público durante a execução dos serviços.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**6.1.** A gestão e fiscalização deste contrato serão exercidas por equipe designada pelo CISMEDPAR, composta por gestor deste contrato, fiscal técnico contratado e fiscal administrativo indicado pelo órgão, conforme o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução deste contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

**6.2.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento deste contrato todas as ocorrências relacionadas à execução deste contrato, com a descrição do que for necessário para regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

**6.2.2.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução deste contrato, determinando prazo para correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

**6.2.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor deste contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, IV).

**6.2.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução deste contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor de contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, V).

**6.2.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor deste contrato, em tempo hábil, o término deste contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, VII).

**6.3.** O fiscal administrativo deste contrato será responsável pela verificação e manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022) e dará apoio ao fiscal técnico nas questões administrativas deste contrato.

**6.3.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo deste contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor de contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 23, IV).

**6.4.** O gestor de contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização deste contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento deste contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações deste contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, IV).

**6.4.1.** O gestor de contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais deste contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução deste contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, II).

**6.4.2.** O gestor de contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que

obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, III).

**6.4.3.** O gestor de contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, X).

**6.4.4.** O gestor de contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, VI).

**6.4.5.** O gestor de contrato deverá elaborar a documentação pertinente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos deste contrato.

**6.5.** Todos os atos de fiscalização deverão ser devidamente registrados em relatórios e lançados no processo administrativo correspondente, garantindo a transparência e a integridade das informações e a correta instrução processual.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1.** As licitantes ou contratadas que praticarem as infrações dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, ficarão sujeitos as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- I. Advertência.
- II. Multa;
  - a) Compensatória.
  - b) De mora.
- III. Impedimento de licitar e contratar com o Cismepar.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**7.2.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do instrumento contratual com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta instrução normativa.

**7.3.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item acima poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea "a" do referido item.

**7.4.** A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) Descumprimento de pequena relevância;
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual.

**7.5.** A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no instrumento contratual, não podendo ser

inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- I. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
  - a) Não celebrar o instrumento contratual quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta.
- I. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- II. De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do instrumento contratual;
- III. De 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o do instrumento contratual em caso de:
  - a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento contratual;
  - b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do instrumento contratual;
  - c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
  - d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - e) Prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
  - f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
  - g) Dar causa à inexecução parcial do instrumento contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - h) Dar causa à inexecução total do objeto do instrumento contratual;

**7.6.** Naqueles do instrumento contratual; que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação estipulado no instrumento convocatório.

**7.7.** O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- I. Retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros instrumentos contratuais firmados com o contratado;
- II. Descontado do valor da garantia prestada;
- III. Pago por meio de guia de pagamento emitida pelo Cismepar;
- IV. Cobrado judicialmente.

**7.8.** Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do instrumento contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:  
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 02 (dois) anos.
- II. Dar causa à inexecução total do instrumento contratual;  
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 03 (três) anos.
- III. Não celebrar do instrumento contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:  
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 02 (dois) anos.
- IV. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.  
Pena – impedimento pelo período de 03 (três) até 06 (seis) meses.

**7.9.** Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento contratual:  
Pena – de 01 (um) até 04 (quatro) anos.
- II. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual:  
Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.
- III. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:  
Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.
- IV. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:  
Pena – de 01 (um) até 05 (cinco) anos.
- V. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:  
Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

**7.10.** Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no item 6.9, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO**

**8.1.** O valor total da contratação é de R\$ ... (.....).

**8.2.** Os preços constantes na tabela do item 1.1 constituirão a única e completa remuneração pela prestação dos serviços, incluindo todas as despesas ordinárias diretas e

indiretas, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, entre outros necessários ao cumprimento integral da obra.

#### **CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** A despesa decorrente da presente contratação será custeada com recursos federais oriundos do contrato de repasse firmado entre o Ministério da Saúde e o CISMEPAR, por intermédio da Caixa Econômica Federal.

**9.2.** Serão utilizados, complementarmente, recursos próprios e superávit financeiro de exercícios anteriores, devidamente disponíveis para aplicação e vinculados à finalidade da obra.

**9.3.** A execução orçamentária observará as normas de contabilidade pública, as regras de execução do convênio e o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei nº 14.133/2021.

**9.4.** A comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira será efetuada mediante emissão de nota de empenho, observando a dotação específica consignada no orçamento do CISMEPAR:

**2.001.10.122.0001.1001 - CONVENIO SICONV Nº 839253 - CONSTRUCAO CER III.**

**19 - 02.001.10.122.0001.1001. OBRAS E INSTALACOES**

**9.5.** Quaisquer alterações na fonte de custeio ou no cronograma de desembolso dependerão de prévia autorização da autoridade competente e da Caixa Econômica Federal, quando aplicável

**9.6.** Ultrapassado o exercício financeiro de 2026, o CISMEPAR adotará as medidas necessárias para assumir a dotação correspondente para o período.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento à contratada será efetuado de forma parcelada, de acordo com o avanço físico da obra, mediante medições devidamente aprovadas, observados o cronograma físico-financeiro e as normas do contrato de repasse da União/Caixa Econômica Federal.

**10.2.** O pagamento de cada parcela ficará condicionado, cumulativamente, a:

- a) Apresentação da medição dos serviços executados, acompanhada da documentação técnica exigida no contrato;
- b) Atesto/aprovação do Fiscal Técnico quanto à efetiva execução dos serviços apresentados no boletim de medição;
- c) Aprovação da medição pela Caixa Econômica Federal;
- d) Apresentação da nota fiscal correspondente;
- e) Manutenção das condições de regularidade fiscal da contratada.

**10.3.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da aprovação do Boletim de Medição pela Caixa, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente.

**10.4.** Em razão do regime de empreitada por preço global, o pagamento não se vincula à comprovação individual de encargos trabalhistas dos empregados da contratada, respondendo

esta, de forma exclusiva, por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

**10.5.** A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos ou documentos complementares estritamente necessários à verificação da regular execução do objeto, sem que isso implique ingerência na gestão de pessoal da contratada.

**10.6.** Nenhum pagamento eximirá a contratada das responsabilidades técnicas, legais e contratuais, nem implicará em aceitação definitiva dos serviços, que somente ocorrerá após o recebimento definitivo previsto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.

**10.7.** Havendo erro na Nota Física, falta de documentos ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, à contratada será comunicada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Cismepar.

**10.8.** Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal quando o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do objeto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

### **11.1. Do Reajuste de Preços:**

**11.1.1.** O preço contratado poderá ser reajustado, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data-base da aprovação do orçamento estimado da licitação pela Caixa Econômica Federal, ou da data do último reajuste concedido, conforme o caso, nos termos do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.1.1.1.** O reajuste não será aplicado de forma automática, dependendo de solicitação expressa da contratada, a qual deverá ser apresentada por escrito.

**11.1.2.** O reajuste será aplicado exclusivamente sobre o saldo contratual a executar, não incidindo sobre as parcelas já executadas e pagas, respeitada a natureza do contrato sob o regime de empreitada por preço global.

**11.1.3.** O reajuste incidirá sobre o valor global do contrato, utilizando um único índice vedado a recomposição por itens ou planilhas abertas.

**11.1.4.** Para fins de reajuste, será adotado o Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice que venha oficialmente a substituí-lo, por ser o indicador que melhor reflete a variação dos custos da construção civil.

**11.1.5.** A atualização dos valores será realizada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\mathbf{VR = V_0 \times (INCC\ atual / INCC\ base)}$$

Onde:

- **VR** = valor reajustado;
- **V<sub>0</sub>** = valor do saldo contratual a executar;
- **INCC atual** = índice correspondente ao mês de aplicação do reajuste;
- **INCC base** = índice correspondente ao mês da data-base do orçamento estimado da licitação ou do último reajuste.



**11.1.6.** O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não configurando alteração contratual.

## **11.2. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro**

**11.2.1.** Independentemente do reajuste previsto no item anterior, poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a qualquer tempo, quando formalmente solicitado pela contratada e comprovada a ocorrência de fatos supervenientes que tenham provocado desequilíbrio na equação econômico-financeira originalmente pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

**11.2.2.** Consideram-se aptos a ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovados:

- Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;
- Caso fortuito ou força maior;
- Fato do príncipe;
- Alterações unilaterais promovidas pela Administração que impactem os encargos do contratado.

**11.2.3.** O pedido de reequilíbrio deverá ser formalmente instruído pela contratada, com demonstração técnica e econômica do impacto sofrido, vedada a recomposição automática de custos ou a simples alegação de elevação ordinária de preços de insumos.

**11.2.4.** O reequilíbrio econômico-financeiro, quando reconhecido, será formalizado por termo aditivo, observados os limites e condições legais aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

### **12.1. Requisitos de Subcontratação:**

- a) No caso específico da obra de retomada e finalização do Centro Especializado em Reabilitação – CER III, a subcontratação poderá ser admitida de forma parcial, no limite de 30 %, para serviços de menor relevância (pintura e acabamento final; revestimentos cerâmicos e similares; forros e divisórias internas; esquadrias simples; serviços de paisagismo; calçadas, cercas e urbanização leve; limpeza final e desmobilização; pequenos reparos sem impacto estrutural; serviços complementares de acabamento) que não causem impacto na estrutura principal da edificação ou exija técnicas especializadas,
- b) Não poderá ser feita subcontratação integral do objeto, bem como a subcontratação de atividades que representem parcela de maior relevância técnica ou valor significativo da contratação.
- c) A subcontratação poderá ocorrer somente com a prévia autorização da Contratante, a quem incumbe, avaliar se a subcontrata cumpre os requisitos mínimos de regularidade fiscal e qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- d) A subcontratação de serviços que exijam responsabilidade técnica, somente poderá ser efetuada com profissionais ou empresas devidamente registradas no CREA ou no CAU, com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.
- e) Será vedada a subcontratação de empresa cujo dirigente mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

- f) O Cismepar não reconhecerá qualquer vínculo com empresas subcontratadas, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a contratada, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas causarem.
- g) A contratada principal continuará integralmente responsável pela totalidade da execução do contrato, inclusive pelas atividades subcontratadas, não havendo solidariedade entre a Administração e os subcontratados.

**12.1.1.** Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, admite-se a subcontratação parcial da execução contratual, desde que prevista no edital de licitação e expressamente autorizada no contrato. A subcontratação é considerada um instrumento de flexibilidade operacional, podendo contribuir para a celeridade da execução e o aproveitamento de expertises especializadas em determinadas etapas do objeto contratado.

**12.1.2.** A permissão da subcontratação parcial, nestes moldes, busca equilibrar a eficiência contratual com a segurança jurídica e técnica, promovendo maior competitividade no certame sem comprometer o controle e a qualidade da execução.

**12.2.** O descumprimento das normas técnicas, ambientais, de segurança ou contratuais pela subcontratada implicará sobre a contratada na aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato.

**13.3.** As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**13.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CISMEDPAR, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos ou previsão normativa, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.5.** Registros que não caracterizam alteração deste contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**4.1.** O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, por iniciativa do CISMEDPAR, da contratada ou de forma consensual, mediante justificativa formal e observância do devido processo administrativo.

**14.2.** A rescisão poderá ocorrer, entre outros motivos, por descumprimento contratual, atraso injustificado na execução dos serviços, paralisação da obra sem autorização, falência ou dissolução da empresa, e demais situações previstas em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** Este contrato está vinculado de forma total e plena ao **Processo Administrativo nº 004/26**, que lhe deu causa com esteio na **Concorrência Eletrônica nº 001/26** e seus anexos, na proposta apresentada pela empresa, sendo que todos esses documentos integram o presente contrato, independentemente de sua transcrição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao CISMEPAR divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no Diário Eletrônico do Cismepar, bem como no respectivo sítio oficial na internet.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LGPD**

**17.1.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução deste contrato administrativo para finalidade distinta daquela do objeto do instrumento, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**17.2.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento deste contrato administrativo.

**17.3.** As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**17.4.** Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CISMEPAR, para a execução deste contrato administrativo, tem acesso a dados pessoais dos representantes da empresa, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

**17.5.** A empresa declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CISMEPAR.

**17.6.** A empresa fica obrigada a comunicar ao CISMEPAR em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**17.7.** A administração direta e indireta obedecerá aos princípios do art. 37, caput da Constituição Federal do Brasil, com ênfase ao princípio da publicidade, visando à aplicação da LGPD;

**17.8.** Mediante a assinatura deste contrato, nos termos do dever do princípio da publicidade, a empresa consente que os dados devam ser mantido em formato interoperável e estruturado para uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviço público, bem como ao acesso do público em geral, respeitados o art. 6º e seus incisos da Lei 13.709/2018;

**17.9.** Nos termos da Lei nº 11.527/2011, a administração pública deverá assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os

princípios básicos da administração pública e a observância da publicidade como preceito geral, desde que sejam realizados os tratamentos de dados pessoais, fornecendo informações claras e atualizadas, em veículos de fácil acesso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

**18.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CISMEDPAR, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

**19.1.** Fica eleito o foro da comarca de Londrina/PR, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento conforme assinaturas abaixo.

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Presidente do CISMEDPAR

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

Testemunhas:

1) Nome: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_